



01 de Março de 2017

**Enfrentar nas ruas,
com greve, as reformas
de Temer/Alckmin.**

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

*Fim da terceirização
e efetivação de todos
os trabalhadores
terceirizados pelo
governo. Fim dos
salários diferenciados.*

Rejeitar nas ruas as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio.

Defender as reivindicações vitais: salário, condições de trabalho e fim da terceirização.

Convocar imediatamente assembleia geral de funcionários e servidores de escolas

A burocracia da Afuse (sindicato dos funcionários de escola) convocou, no dia 18 de fevereiro, a primeira reunião do conselho de representantes. O objetivo era responder a convocação do ato das mulheres, 8 de março, e a greve nacional da educação aprovada na CNTE, de 15 de março.

Como se recusa a convocar assembleia, a direção do sindicato se colocou contra a proposta da Corrente Proletária de convocação de uma assembleia, no dia da greve nacional. Combateu o argumento de que era necessário chamar os funcionários para decidirem sobre a continuidade da greve ou não. Reafirmou o poder de decisão do Conselho e da direção do sindicato sobre os funcionários. Estes somente devem acatar a paralisação nacional do dia 15. Assim, os funcionários não serão convocados, em nenhum momento, para decidir sobre as reivindicações, como lutar e sobre a greve nacional. É evidente que para a política dos burocratas, que agora se vestem de oposição ao governo Temer, portanto, fazem uma oposição parlamentar, não há necessidade de

assembleia geral. Na realidade, não estão dispostos a enfrentar verdadeiramente as reformas de Temer. E quando os funcionários não acatam as suas decisões, a burocracia tem a resposta na ponta da língua "os trabalhadores não querem parar".

Sabemos que a independência de classe está muito distante dessas direções, que acabam submetendo os sindicatos à política de conciliação e de oposição parlamentar.

Sabemos que a independência de classe está muito distante dessas direções, que acabam submetendo os sindicatos à política de conciliação e de oposição parlamentar. Está aí por que há um profundo retrocesso político e organizativo não só dos funcionários de escola, como também dos explorados em geral.

Está aí por que há um profundo retrocesso político e organizativo não só dos funcionários de escola, como também dos explorados em geral. Não por acaso que uma boa parte dos funcionários não vê no sindicato seu instrumento de luta, de defesa das reivindicações e de combate aos governos. Acaba, assim, confundindo o sindicato, que é o instrumento criado pelos trabalhadores, com sua direção, que é uma burocracia que há anos tomou conta do sindicato. Agora, esses dirigentes querem que os funcionários acatem a decisão de paralisação. Querem que individualmente os funcionários parem o dia 15, sem nenhuma

discussão coletiva, que só poderia se dar em assembleia. Na verdade, querem apenas cumprir a chamada “agenda” aprovada na CNTE.

A Corrente Proletária se posicionou pela convocação de assembleia. Denunciou a conduta da burocracia da Afuse. E chama os funcionários a paralisarem e exigirem a convocação imediata de assembleia, para que o poder de decisão saia do controle da burocracia e passe para as mãos dos funcionários, aqueles que sentem na pele o peso do salário miserável, da jornada estafante e da eliminação de direitos.

Companheiros, funcionários, a situação está insuportável:

1. A terceirização começou no nosso setor. Hoje os funcionários de escolas e servidores da cozinha e da limpeza são terceirizados. Nas escolas foram implementados contratos diferenciados para uma só categoria de trabalhadores. A terceirização divide, oprime, paga salários atrasados e não há direitos.

Nossa luta deve ser: Fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados pelo governo. Fim dos salários diferenciados.

2. Os servidores e funcionários estatutários, que trabalham na limpeza e cozinha, são transferidos à revelia.

Nossa luta deve ser: Fim das transferências autoritárias. Que os postos de trabalho sejam de livre escolha dos servidores e funcionários.

3. Os salários são miseráveis. No ano passado, as perdas foram calculadas em 147%. O reajuste reivindicado pela diretoria do sindicato (porque ela quem decide), foi de 35%. Mas o governo não ofereceu nada.

Nossa luta deve ser: reposição imediata das perdas salariais. Convocação de assembleia para que os funcionários decidam o valor do reajuste. Não podemos passar mais um ano sem nada. Estamos há três anos sem reajuste.

4. Fim das reformas da previdência, trabalhista e

do ensino médio de Temer/Alckmin. O governo golpista já aprovou duas reformas: a PEC 55 do teto dos gastos dos estados e a reforma do ensino médio. Essas duas reformas atingem todos os trabalhadores, particularmente os da educação, que terão mais cortes de recursos, atingindo os salários e as condições de trabalho. Agora, prepara a aprovação da reforma da previdência. Será um duro ataque aos explorados. Teremos de trabalhar muito mais para ter o direito de se aposentar, perderemos a diferença entre homens e mulheres e para alcançar as aposentadorias com salários integrais somos obrigados a trabalhar por 49 anos. A paralisação nacional da educação do dia 15 de março visa a luta contra a reforma da previdência.

Nossa luta deve ser: enfrentar nas ruas, com greve, as reformas de Temer/Alckmin. Nada de submeter o movimento dos trabalhadores às manobras do parlamento (a chamada pressão parlamentar).

Como se vê, a política do governo Alckmin e do golpista Temer é de ataque aos trabalhadores. Trata-se da política burguesa de descarregar a crise econômica sobre os explorados e sobre os serviços públicos, saúde, educação, etc. Não temos dúvida, que as medidas serão implantadas se não houver de fato a resistência. Para isso, é importante que a classe operária se coloque em luta. Sem que a classe operária paralise a produção, mais fácil será para a burguesia e governantes imporem as reformas. Daí o papel das direções. Uma direção que faz corpo mole, que não convoca assembleias e que é conciliadora contribui para a ofensiva do governo sobre os trabalhadores.

Nossa luta deve ser: a da independência dos sindicatos diante dos governos e do Estado. Combate à política de conciliação de classe. Defesa dos sindicatos como organismo de luta dos trabalhadores. Constituição de uma verdadeira direção classista para que o sindicato seja colocado a serviço da defesa das reivindicações e da unidade dos explorados contra o sistema de exploração do trabalho (o capitalismo).